

Um fio de esperança

MARCELO DE PAIVA ABREU

Com razão, tem ocupado lugar de destaque na imprensa a análise do impacto das reiteradas manifestações de fisiologismo explícito do presidente da Câmara dos Deputados sobre a reforma ministerial pretendida pelo presidente Lula. O desfecho dá margem à modesta esperança quanto ao compromisso que o atual governo possa ter com um programa político e econômico que faça com que o Brasil volte aos trilhos de forma sustentada. Até então, o que se estava vendo era um presidente na defensiva, atingido duramente pelo fracasso na tentativa de eleger um candidato inadequado para a presidência da Câmara, e dando a sua bênção, pelo menos implícita, ao avanço do fisiologismo dentro e fora do governo. Por seus atos e por sua política de alianças é como se o governo estivesse disposto a usar a folga criada pelo bom desempenho econômico resultante da vilipendiada política macroeconômica, especialmente a política de juros altos, para se engajar numa certa farra de gastos, sinalizando mais gastos ainda no futuro.

No Brasil, hoje, é vivida situação semelhante à de um futuro inquilino que, apresentado a um imóvel potencialmente interessante, tem uma impressão inicial muito ruim. Julga, por exemplo, que a decoração é simplesmente abominável, conflitando frontalmente com os seus padrões estéticos. Decidido, a despeito disso, a alugar o imóvel, já ao final da primeira semana a decoração não lhe parece tão má e depois de um mês o assunto se torna irrelevante.

Embrutecimento dos sentidos similar, mas relativo a assuntos muito mais sérios, afeta hoje a visão que os brasileiros têm de seu cotidiano. Problemas chocantes são inexoravelmente absorvidos no nosso cotidiano: miséria, crime, disseminação das drogas, deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos, fome, precariedade dos serviços públicos essenciais. O País acostuma-se às suas mazelas. E a idéia de que políticas públicas jamais serão capazes de resolver os problemas da sociedade se torna cada vez mais arraigada.

As válvulas de escape que se estabeleceram para contornar as deficiências das políticas de redistribuição são incompatíveis com a definição clara de direitos de propriedade, fundamento de uma sociedade democrática. Emblemática é a ocupação ilegal de terrenos por favelas. Mas a favelização parece estar ganhando corpo como modelo que vai muito além do seu escopo de aplicação inicial, dependendo sempre da nebulosidade quanto à definição de direitos e obrigações. Ocupação de terras agrícolas; ocupação de imóveis urbanos; admissão maciça de funcionários públicos de baixa qualificação; reforma universitária que propicia a difusão do controle por parte do baixo clero acadêmico; indefinição do escopo de atuação de órgãos específicos, tais como agências reguladoras ou até mesmo ministérios. Alguns dirão que isso é parte do preço de se abandonar um modelo político, econômico e social baseado na falta de equidade, como é o caso do Brasil, e que, no longo prazo, esses problemas serão diluídos em meio ao processo de correção do

modelo dominante. Mas para que esse argumento fosse considerado seriamente o governo teria de mostrar ser mais eficaz do que tem sido capaz, pelo menos fora da área econômica.

Com o descaramento e a petulância severinas, o presidente viu-se obrigado a abortar a medíocre reforma ministerial e a desafiar abertamente a favelização política. Um cínico diria que Severino é, de fato, o herói do dia, pois foi com tanta sede ao pote que obrigou Lula a retomar a iniciativa perdida. O resultado foi uma vitória do grupo do ministro da Fazenda. Direta e indireta. Direta, porque o Ministério do Planejamento foi ocupado com um aliado, conteve-se a indicação de ministros gastadores, mesmo que ao custo de manter razoável plantel de titulares com desempenho medíocre. Indireta, porque diversos segmentos da coalizão governamental pelo menos *in pectore hostis* à política econômica viram a realidade sublinhar com muita clareza os limites das suas possibilidades de ação. A dúvida que cabe é se a hostilidade de Lula à favelização é algo que se sustentará ou foi algo só explicado pela necessidade de encabrestar o deputado Cavalcanti. O problema central que continua sem solução é como conciliar o PT com as políticas 'neoliberais' que, por rebatizadas que sejam, certamente ocuparão lugar de destaque na plataforma eleitoral buscando a reeleição do presidente. Por mais que doa a segmentos importantes do PT, o que o governo tem a mostrar até agora é na área econômica e está ficando crescentemente improvável que surja alguma surpresa para atenuar esta realidade.

A perpetuação desta situação em que a economia tem o monopólio do sucesso é indesejável para muitos dos cardeais do PT e mais especificamente para potenciais candidatos que almejem a candidatura às eleições presidenciais de 2010. É razoável supor que parte das reservas à política econômica transcenda o econômico e encontre explicação nos efeitos que possa ter um continuado êxito do governo na esfera econômica sobre a natural e potencialmente imbatível candidatura Palocci em 2010. Isso num quadro em que o PSDB maculou o seu retrospecto de seriedade com muitos votos severinos. E que, na hora do 'vamos ver', parece estar mais propenso a endossar a opinião das usuais viúvas do desenvolvimentismo e a criticar os alegados rigores da política econômica atual do que a reiterar o seu acerto e lembrar as suas raízes no governo anterior.

***Marcelo de Paiva Abreu, doutor em economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio**